



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS-FEDERAL Nº 2210/2024

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2024.

[REMOVIDO], ajuizado por [NOME].

Trata-se de Autora, de 70 anos de idade, com tumor de rim, estadiamento IV, lesão renal volumosa e metástase cerebral, necessita encaminhamento em caráter de urgência para rede hospitalar federal sob risco de morte. Código da Classificação Internacional de Doenças (CID 10) citado: C64 - Neoplasia maligna do rim, exceto pelve renal (Evento 1, LAUDO7, Página 1), sendo pleiteado o fornecimento de tratamento oncológico em unidade federal de saúde especializada, realização da biópsia e custeio (Evento 1, INIC1, Páginas 12 e 13).

Inicialmente cabe destacar que, embora à inicial (Evento 1, INIC1, Páginas 12 e 13) tenha sido pleiteada a realização da biópsia propriamente dita, no documento médico anexado aos autos processuais (Evento 1, LAUDO7, Página 1) consta que a Autora foi encaminhada para rede hospitalar federal, ou seja, à consulta em oncologia. Portanto, não há como este Núcleo realizar uma inferência segura acerca da biópsia pleiteada, neste momento. Dissertar-se-á sobre a indicação do item prescrito por profissional médico devidamente habilitado – encaminhamento (consulta) em oncologia.

Informa-se que o encaminhamento (consulta) em oncologia está indicado ao manejo do quadro clínico apresentado pela Autora (Evento 1, LAUDO7, Página 1).

É interessante registrar que o tratamento será determinado pelo médico [NOME], conforme a necessidade da Requerente.

Considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), informa-se que a consulta e o tratamento oncológico estão cobertos pelo SUS, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP), na qual constam: consulta médica em atenção especializada, tratamento clínico de paciente oncológico e tratamento de paciente sob cuidados prolongados por enfermidades oncológicas, sob os respectivos códigos de procedimento: 03.01.01.007-2, 03.04.10.002-1 e 03.03.13.006-7.

No que tange ao acesso no SUS, a Atenção Oncológica foi reestruturada em consonância com a Rede de Atenção à Saúde e de forma articulada entre os três níveis de gestão.

O Componente de Atenção Especializada é composto por ambulatórios de especialidades, hospitais gerais e hospitais especializados habilitados para a assistência oncológica. Esses devem apoiar e complementar os serviços da atenção básica na investigação diagnóstica, no tratamento do câncer (...), garantindo-se, dessa forma, a integralidade do cuidado no âmbito da rede de atenção à saúde. O componente da Atenção Especializada é constituído pela Atenção Ambulatorial e Hospitalar.

A Atenção Hospitalar é composta por hospitais habilitados como UNACON (Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia) e CACON (Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia) e por Hospitais Gerais com Cirurgia Oncológica, nos quais são oferecidos os tratamentos especializados de alta complexidade, incluindo serviços de cirurgia, radioterapia, quimioterapia, e cuidados paliativos, em nível ambulatorial e de internação, a depender do serviço e da necessidade identificada em cada caso. Sempre com base nos protocolos clínicos e nas diretrizes terapêuticas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, quando publicados.

Em consonância com o regulamento do SUS, conforme pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (Deliberação CIB-RJ nº 4.004 de 30 de março de 2017), o Estado do Rio de Janeiro conta com uma Rede de Alta Complexidade Oncológica (ANEXO I).

O ingresso dos usuários nas unidades que ofertam os serviços do SUS, ocorre por meio do sistema de regulação, conforme previsto na Política Nacional de Regulação que organiza o serviço em três dimensões (Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência) para qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde.

Em consulta à plataforma do Sistema Estadual de Regulação – SER (ANEXO II), foi localizado:



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

➤ Solicitação (ID 6036736) para consulta ambulatorio 1ª vez – oncologia geral (adulto), inserida em 30 de outubro de 2024, solicitante Módulo do Médico da Família (MMF) do Engenho do Mato Willian Soller, pela central de regulação CREG-METROPOLITANA II, executora Hospital Regional Darcy Vargas, com situação atual: Pendente.

➤ Atualmente a Autora se encontra em posição 33, na Lista de espera ambulatorial do Relatório SER da Secretaria de Estado de Saúde (ANEXO III).

➤ Embora, na referida solicitação, conste o status pendente, destaca-se que não foi informada a justificativa da pendência. Portanto, entende-se que o processo regulatório não foi interrompido.

Cabe esclarecer que, no âmbito do SUS, para o acesso ao tratamento oncológico, é necessária, inicialmente, a realização de uma consulta de 1ª vez no ambulatório da especialidade correspondente.

Assim, entende-se que a via administrativa está sendo utilizada no caso em tela, entretanto, sem a resolução da demanda oncológica até o presente momento.

Cabe salientar que, por se tratar de quadro oncológico, entende-se que a demora exacerbada para a realização da consulta especializada e início do tratamento, pode influenciar negativamente no prognóstico em questão.

Em consulta ao banco de dados do Ministério da Saúde foi encontrado as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas do Carcinoma de Células Renais.

Por fim, cumpre esclarecer que informações acerca de custeio não consta no escopo de atuação deste Núcleo.

É o parecer.

À 7ª Vara Federal de Niterói, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

ANEXO I

Estabelecimentos de Saúde Habilitados em Oncologia no Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de
Saúde



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Portaria SAS/MS nº 458, de 24 de fevereiro de 2017.

ANEXO II

ANEXO III